

**EDITORIAL**

**Ed. Vol. 6, Núm. 13, 2019**

A Revista Culturas Jurídicas (RCJ) chega ao seu **Volume 6**, com a publicação deste seu **Número 13**, referente ao período de **janeiro-abril de 2019**. O tema desta edição é **“Desafios do tempo presente ao Direito Constitucional no Brasil e na América Latina: meio ambiente, povos indígenas & justiça de transição”**. O mote é o da avaliação crítica sobre como o constitucionalismo latino-americano e brasileiro se posiciona diante dos desafios criados ao tempo presente pelo advento de governos comprometidos com discursos de crescimento econômico aliados a agendas de retrocessos em matéria de direitos fundamentais.

Enquanto são disparados diariamente e à profusão discursos de ódio por autoridades públicas, paralelamente avança a passos largos no Brasil e em diversos países da América Latina um processo de desmonte do Estado e de ataques frontais a minorias sociais. Mais intenso e célere que o processo de incorporação das pautas do neoliberalismo na década de 1990, o que se vê na atualidade vai além, sobretudo, no que diz respeito à redução material da soberania de países de economias dependentes e que voltam a apresentar números elevados de pobreza, desigualdades socioeconômicas, desmatamento e mortes de líderes populares.

Andam de mãos dadas nessa estocada ao regime democrático, aos direitos fundamentais, a conquistas sociais e ao próprio constitucionalismo também a negação de um passado de autoritarismo institucionalizado de ditaduras sanguinárias e uma tentativa de reconstrução discursiva da história através de narrativas desapegadas a fatos e documentações. E mais: as facetas de uma provável ascensão de autoritarismo tem como alvos centrais instituições públicas de ensino, educadores, docentes, pesquisadores, extensionistas, estudantes e... a autonomia pedagógica e a soberania nacional. Ao invés de controles ideológicos travestidos de discursos de neutralidade, a opção é claramente pelo estrangulamento da autonomia das instituições de pensamento livre pela via orçamentária. Com o corte abrupto e suntuoso de verbas - inclusive já provisionadas - e com o intuito de se inviabilizar o ensino público, reverte-se para o mercado (leia-se: grandes conglomerados de empresas multinacionais e/ou com acionistas em sua maioria estrangeiros) não só a origem do “financiamento”, mas a escolha das áreas e temas de pesquisa no ensino superior, bem como os nichos de profissionalização nos ensinos médio e tecnológico, além da militarização do ensino fundamental.

Entre outros tantos, esses são os desafios do tempo presente ao Direito Constitucional no Brasil e na América Latina, que são condensados tematicamente neste Número 13, no eixo “meio ambiente, povos indígenas e justiça de transição”, a partir das contribuições recebidas de pesquisadoras e pesquisadores do Brasil, do México e de Cuba. Neste ponto, reafirmamos o objetivo

da Revista *Culturas Jurídicas* em ser um porto seguro para as diversas correntes que compõem o pluralismo jurídico brasileiro, latino-americano e mundial, primando sempre pelo rigor científico na análise dos textos recebidos, para que sejam reconhecidos como contributo para a geração de conhecimento de forma plural e crítica.

Nossos leitores e colaboradores podem estar seguros de que os artigos aqui apresentados foram, são e sempre serão fruto de árduo trabalho de pesquisa dos autores e das autoras que nos honram com seus textos e de rigoroso trabalho editorial. Mais do que nunca, saudamos os autores e as autoras que escolheram estas páginas para publicarem seus trabalhos e instamos os leitores e as leitoras os potenciais e antigos colaboradores e colaboradoras a apresentarem seus artigos para publicação em nossas páginas.

Iniciamos esta edição com a **Seção Artigos**, inaugurada com dois artigos em formato bilíngue - espanhol/português.

O nosso primeiro artigo é de autoria da cubana **Mylai Burgos Matamoros**, Professora Doutora e Pesquisadora da Academia de Direito da *Universidad Autónoma de la Ciudad de México* (UACM), e da Faculdade de Direito da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), México. Intitulado “**A nova Constituição da República de Cuba: autogoverno republicano, democrático, socialista e fraternal**” / “**La nueva Constitución de la República de Cuba: autogoverno republicano, democrático, socialista y fraternal**”, o artigo é um dos primeiros publicados - especialmente, em língua portuguesa - a respeito do novo texto constitucional cubano, promulgado em 10 de abril de 2019. A proposta do artigo é analisar criticamente a nova Constituição da República de Cuba, demonstrando em detalhes como ocorreram a consulta popular e a reforma constitucional que deram origem a um novo texto constitucional que tenta adequar o projeto socialista à nova atualidade cubana e global. A autora expõe minuciosamente desde uma perspectiva crítica dialética dos principais elementos da nova Constituição - princípios fundamentais, política, economia, direitos humanos e garantias fundamentais - traçando um panorama de todo o processo constitucional, que teve como processo inicial a ampla e efetiva participação dos(as) cidadãos(as) cubanos(as), inclusive, residentes cubanos(as) no exterior. O texto original em espanhol foi traduzido para o português pela Mestranda do PPGDC-UFF, Bruna Jokobi, e pelo Prof. Dr. Enzo Bello, editor-chefe da RCJ e docente do PPGDC-UFF.

O segundo artigo é de autoria do mexicano **Jesús Antonio de la Torre Rangel**, Doutor em Filosofia pela *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), México, e Professor na *Universidad Autónoma de Aguascalientes*, México. O festejado professor mexicano, do campo de estudos do chamado “direito que nasce do povo”, aborda o tema “**Direito insurgente e direitos humanos: a defesa do território e a autonomia de comunidades indígenas mexicanas**” / “**Derecho insurgente y derechos humanos: la defensa del territorio y la autonomía de**

**comunidades indígenas mexicanas”**, em um artigo que apresenta as lutas por resistências protagonizada pelos povos indígenas ou originários mexicanos frente a ofensiva econômica, política e jurídica do capitalismo nos tempos atuais. Precisamente, analisa experiências de defesa dos direitos dos povos indígenas proclamadas e exercidas a partir de insurgências político-jurídicas que produzem um direito insurgente. A tradução ficou a cargo da Mestranda pelo PPGDC-UFF, Giuliana Ribeiro Casazza, com revisão de nosso Editor-chefe, Professor Doutor Enzo Bello (PPGDC-UFF).

Nossa terceira contribuição é da lavra da Professora Doutora **Vívian Lara Cáceres Dan**, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em Barra do Bugres (MT), e tem o seguinte título: **“O processo de consolidação da autonomia indígena da nação Monkoxí - TCO de Lomerío na Bolívia”**. O artigo aborda o contexto e mobilização da organização indígena Central Indígena das Comunidades Originárias de Lomerío (CICOL) que luta pela consolidação da autonomia e direitos indígenas na Bolívia, sua estrutura político-administrativa, e entender os elementos específicos dos enfrentamentos com o Estado boliviano para então avançar na discussão sobre o processo de descolonização e autonomias indígenas que vão além dos aspectos legais e institucionais.

O quarto estudo aportado a este número é uma colaboração entre os Professores Doutores **Daniel Araújo Valença** e **Rodrigo Vieira Costa**, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Rio Grande do Norte, e o Bacharel em Direito pela mesma universidade e mestrando em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), **Ronaldo Moreira Maia Júnior**. O estudo, intitulado **“A construção histórica do direito humano à água: da Guerra del Agua ao reconhecimento internacional”**, analisa o direito à água, enquanto direito humano, a partir do processo de reivindicação por esse recurso natural no contexto de privatizações dos anos 2000 na Bolívia, também conhecido como Guerra Del Agua, das repercussões desse conflito no processo constituinte boliviano, bem como o reconhecimento da água enquanto Direito Humano no plano internacional.

O quinto estudo que ilustra esta edição é também um artigo escrito a quatro mãos pela Professora Doutora **Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso Squeff**, do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, e pela Mestranda em Direito Público pela UNISINOS, Rio Grande do Sul, **Michelle Alves Monteiro**. O estudo traz o título **“Brasil, um país de todos? A questão territorial indígena no ordenamento jurídico brasileiro e a construção de um Estado Plurinacional”**, e propõe-se debater esses temas como forma de (re)pensar a situação opressora e assimilatória hoje apresentada a partir da construção do Estado Plurinacional – modelo de Estado que prima pelo pluralismo e pela participação de todos os povos na vida política, jurídica e social.

O sexto artigo deste número #13 é da autoria da Professora Doutora **Caroline Barbosa Contente Nogueira**, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Amazonas, de **Diego Ken**

**Osoegawa**, Doutorando em Biotecnologia pela UFAM e Pesquisador do Observatório em Direito Socioambiental e Direitos Humanos na Amazônia (FD/UFAM), e **Roger Luiz Paz de Almeida**, Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Amazonas. Intitulado “**Políticas desenvolvimentistas na Amazônia: análise do desmatamento nos últimos dez anos (2009-2018)**”, o texto se propõe a descrever e analisar principais projetos de desenvolvimento na Amazônia e suas incidências sobre o desmatamento, seja pelo incentivo à ocupação territorial, promovido pelo Estado brasileiro ou pela introdução das atividades de agropecuária. Concluiu-se, após as análises de dados e a descrição histórica, que os projetos de desenvolvimento são pautados pela lógica econômica, sem considerar peculiaridades regionais socioambientais, produzindo impactos ambientais irreversíveis, como é o caso do desmatamento.

Em nossa sétima contribuição, mais um artigo conjunto, da Professora Doutora **Leilane Serratine Grubba**, Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito do Complexo de Ensino Superior Meridional (IMED), Rio Grande do Sul, e Professora Doutora **Marta Carolina Giménez Pereira**, Doutora em Direito pelo *Instituto de Investigaciones Jurídicas UNAM* (México), Mestra em Direito Privado pela *Universidad Nacional de Rosario* (Argentina) e Graduada em Licenciatura en Derecho pela *Universidad Nacional de Asunción* (Paraguai). As autoras trazem um estudo publicado em formato bilíngue (português/espanhol) intitulado “**A dimensão ambiental do desenvolvimento: aportes para os direitos humanos**” / “**La dimensión ambiental del desarrollo: aportes para los derechos humanos**”. O trabalho discute a dimensão ambiental da complexidade do desenvolvimento humano, com o objetivo de averiguar a relação de dependência do desenvolvimento humano ao desenvolvimento ambiental sustentável. O artigo problematizou a relação entre o ser humano e o meio ambiente, para afirmar a necessidade de uma relação complexa entre humano e natureza em prol do desenvolvimento, entendido como o desenvolvimento da vida digna, material e imaterialmente.

O oitavo artigo foi redigido pelo Professor Doutor **Gustavo Borges Silveira**, do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Santa Catarina, e por **Marina Moura Lisboa Carneiro de Farias Carvalho**, mestranda pela mesma instituição e Tabeliã e Registradora da Escritania de Paz do Distrito de São Bento Baixo, Município de Nova Veneza/SC. O artigo tem como título “**Os 'novos' direitos e a irrupção da proteção constitucional dos direitos da natureza**” e seu objetivo geral é analisar os direitos da natureza e a emergência de um “novo” sujeito de direito, a natureza, na perspectiva de proteção dos “novos” direitos. No intuito de se verificar tal objetivo, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: a natureza pode ser considerada “novo” sujeito de direito?

A nona contribuição da presente edição foi escrita pela Professora Doutora **Cleide Calgareo**, do Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade de Caxias do Sul (UCS), Rio Grande do Sul, e pelo doutorando e mestre pela mesma instituição, **Giovani Orso Borile**. O trabalho tem como título **“Geopolítica ambiental e a dimensão internacional da proteção do meio ambiente”** e desenvolve uma análise acerca da Geopolítica e da aplicação dos seus conceitos e práticas na seara do meio ambiente e na proposta de proteção ambiental. Objetiva-se demonstrar sua efetividade no que tange às questões ambientais tanto locais como de cunho transnacional, trazendo-se a proposta da Geopolítica Ambiental como o estudo das questões territoriais, políticas e ecológicas com ênfase maior na dinâmica internacional. Apresenta-se através de um processo analítico e interpretativo as principais nuances e perspectivas da geopolítica ambiental e sua importância para a conservação e proteção dos recursos naturais.

O nosso décimo aporte é da lavra do Professor Doutor **Rafael Lameira Giesta Cabral**, do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Rio Grande do Norte, e por **Ramon Rebouças Nolasco de Oliveira**, professor na mesma instituição e doutorando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Com o título **“Comissão Nacional da Verdade no Brasil: o fio do relato e o direito à memória e à verdade”**, o artigo volta-se ao tema da memória e Justiça de Transição, examinando o contexto de instituição da Comissão Nacional da Verdade – CNV brasileira, responsável por apurar as violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988. A partir da análise de documentos legislativos e com subsídio da história constitucional como ponto de partida metodológico, foi realizada uma contextualização histórico-normativa do surgimento da Comissão da Verdade no Brasil e suas relações com as problemáticas em torno da memória, história, esquecimento e ressentimento.

A décima-primeira contribuição continua na mesma temática e tem como título **“Justiça de transição e anistia no Brasil: o paradoxo de uma ‘transição negociada’”**. Elaborado por **Vitor Umbelino Soares Junior**, Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiás, e juiz de direito no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), o artigo tem por objeto a análise do modelo transicional brasileiro a partir de um dos seus principais aspectos, qual seja, a aprovação da Lei no 6.683/79 e a conseqüente construção de um pensamento jurídico-político dominante no sentido da não responsabilização dos agentes públicos que praticaram graves violações de direitos humanos durante o regime ditatorial como condição para a “reconciliação nacional”. A análise dessa questão tem em vista a interpretação adotada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a Lei de Anistia, que teria nascido como fruto de um acordo político entre governo e sociedade civil. Por meio de uma revisão bibliográfica de alguns dos principais trabalhos sobre o tema, busca-se apontar o paradoxo de uma vitória de todos com a aprovação da citada lei e suas conseqüências para a manutenção atual dos limites que impedem os avanços de uma justiça transicional no Brasil.

Nossa décima-segunda contribuição é da autoria dos Professores Doutores **Emilio Meyer**, **Thomas da Rosa de Bustamante** e **Onofre Alves Batista Júnior**, todos integrantes do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O trio de pesquisadores vem expor o resultado da pesquisa sobre “**Autonomia universitária, democracia e federalismo**”. O artigo tem como objetivo fazer uma defesa da autonomia universitária como norma constitutiva da democracia brasileira estabelecida com a Constituição de 1988. Para tanto, buscar-se-á demonstrar as conexões entre o sentido da autonomia universitária, a preservação da democracia e a garantia do federalismo. O método utilizado parte dos recentes ataques às universidades públicas brasileiras, comparando-o ao cenário internacional de ascensão autoritária. A autonomia financeira aparece como peça essencial: mostraremos que os recentes cortes orçamentários implicam em violação à lei e à Constituição de 1988. Os resultados de pesquisa indicam que restrições à autonomia universitária estão conectadas com políticas autoritárias. Conclui-se pela necessidade de um urgente resgate normativo da autonomia universitária no Brasil.

A décima-terceira e penúltima colaboração na seção de artigos deste número é de autoria do Professor Doutor **Flávio Pansieri**, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Paraná, e de **Rene Erick Sampar**, Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, e Coordenador da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os autores apresentam o seu estudo intitulado “**Afirmção do constitucionalismo democrático e a força normativa da Constituição em Konrad Hesse**”, que tem como objetivo analisar o constitucionalismo democrático sob o prisma da força normativa, postulado estabelecido por Konrad Hesse no conhecido debate fixado com as ideias de Ferdinand Lassalle. Por meio da revisão bibliográfica de diversos autores, especialmente o texto “A Força Normativa da Constituição”, o texto relaciona os postulados de Hesse com a teoria democrática contemporânea, de modo a estabelecer um diálogo acerca de algumas questões político-sociais que têm sido colocadas na atualidade. A partir da revisão bibliográfica de Konrad Hesse e de outros autores necessários à compreensão do tema, busca-se lembrar a importância e a atualidade de sua teoria constitucional e democrática para o fortalecimento das instituições jurídicas e políticas que nos foram legadas.

A décima-quarta e última contribuição na seção de artigos deste número é de **Daniela Regina Pellin**, Doutoranda em Direito Público na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Rio Grande do Sul, *Visiting Scholar* na Universidade de Pádova/Itália e Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios da UNISINOS, e **Wilson Engelmann**, doutor pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Coordenador Executivo do Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios da UNISINOS e Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado - da UNISINOS. O texto é publicado em formato bilingue (português/inglês) e tem como título “**O Brasil e a viamão do cumprimento**

da Agenda 2030: as empresas, as instituições e as nanotecnologias” / “Brazil and the oneway of Agenda 2030 Compliance: Companies, Institutions and Nanotechnologies”. O artigo tem como objetivo demonstrar que se trata de dois lados falhos da mesma moeda: o interno, por pouca compreensão sistêmica da comunicação global que inclui o papel das instituições e das novas tecnologias; o externo, pela pouca contribuição e ausência de gestão dessa comunicação sistêmica global que vai além dos recursos aportados nos países em desenvolvimento.

Na Seção “Entrevistas”, trazemos a entrevista intitulada “A democracia constitucional na encruzilhada”, que foi concedida à RCJ pelo professor chileno **Javier Couso Salas**, Ph.D., Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA), Professor de Direito na Universidade Diego Portales (Chile) e Coordenador em Tendências Globais em Constitucionalismo na Universidade de Utrecht (Holanda). O Professor Javier Couso Salas responde a perguntas feitas a partir do mote deste número 13, abordando com clareza e profundidade os questionamentos dos nossos entrevistadores e deixando para registro uma aula sobre as nuances do constitucionalismo democrático na atualidade.

Finalmente, trazemos a Seção **Resenhas Bibliográficas** realizadas pelos alunos da Graduação em Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Os estudantes **Wiliam Adolcino Siqueira Ferreira e Yan Victor Amorim de Paulo** resenharam a dissertação de mestrado intitulada “Direito e relações raciais – uma introdução crítica ao racismo”, de Dora Lúcia de Lima Bertúlio, pioneira no tema na pós-graduação em direito no Brasil; os acadêmicos **Gabriel Campos lopes da Sulva e Lorena Cabral Botelho** apresentam seu trabalho sobre o livro “Tempo Comprado: A crise adiada do capitalismo democrático”, de Wolfgang Streeck. Recebemos também a contribuição de **Juliane Sant'Ana Bento**, com a resenha do livro “Magistratura e Ética: perspectivas”, de José Renato Nalini. Aos jovens pesquisadores, fica o nosso agradecimento e incentivo a que continuem suas pesquisas com esse brilhantismo já apresentado.

Agradecemos aos jovens que começam a trilhar o caminho da pesquisa e os convidamos a continuar colaborando sempre que desejarem. Encerrando esta edição da RCJ, apresentamos o resumo das dissertações defendidas no período pelos então discentes do PPGDC, agora Mestres em Direito Constitucional. Parabenizamos os egressos **Anne Nimrichter Oliveira** (*Direito e cidadania através da escola: O caso da Escola Municipal Professora Aclimea de Oliveira Nascimento*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Gladstone Leonel da Silva Junior), **Bianca Rodrigues Toledo** (*Rimo, logo existo: A resistência das rodas culturais na luta pelo direito à cidade*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Enzo Bello), **Cecília Bojarski Pires** (*Cidadania ativa e direito à cidade: um estudo empírico sobre a Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo (SP)*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Pedro Curvello Saavedra Avzaradel), **Felipe Romão de Paiva** (*O Direito achado no corpo: casa nem é casa viva*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Enzo Bello), **Greyce Danielle Alves Barbosa** (*Descolonizando a*

*Academia: o fomento à representatividade feminina, negra e periférica pela educação popular – um estudo de caso sobre a experiência do PPGDC/UFF e o Pré-Pós Dr. Luiz Gama*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Gladstone Leonel da Silva Junior), **Guilherme Mello Graça** (*Fake News e processo eleitoral: a cruzada quixotesca do Tribunal Superior Eleitoral de combate às notícias falsas*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Cássio Luís Casagrande), **Iara Duque Soares** (*Ainda) Sobre muros médico-judiciários e mulheres: os feminismos antimanicomiais e o sistema de Justiça brasileiro*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Gladstone Leonel da Silva Junior), **Juliano de Oliveira Pinto** (*As pretensões reintegratórias do particular por condutas administrativas restritivas da Administração Pública sobre a propriedade privada*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. André Saddy), **Karina Abreu Feire** (*Transição pós-autoritarismo e experiências democráticas no Brasil: Uma análise comparativa dos processos constituintes brasileiros de 1945-1946 e 1987-1988*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Cássio Luís Casagrande), **Larissa de Paula Couto** (*Poesia e cidade não são um luxo: escritórias de mulheres negras no centro antigo de Salvador*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Gladstone Leonel da Silva Júnior), **Lucas Pontes Ferreira** (*Clínica de Direitos Humanos e litigância estratégica: uma perspectiva de interação e troca de saberes entre Direito e sociedade civil*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Enzo Bello), **Luiz Marcelo da Fontoura Xavier** (*Constitucionalização da investigação policial: a Lei 12.830/13 à luz da Constituição*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Taiguara Libano Soares e Souza), **Rafael Barcelos Tristão** (*Direitos Fundamentais e Medidas Socioeducativas: controle e disciplinamento de jovens através da medida socioeducativa de internação nas unidades da Fundação Casa (SP)*), dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Taiguara Libano Soares e Souza), **Samanta Francine Pinto Alvarenga** (*A dupla vulnerabilidade da criança refugiada e sua proteção no Brasil*, dissertação elaborada sob orientação da Profa. Dra. Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski), **Victor Hugo Pacheco Lemos** (*O diálogo sem fim: supremacia judicial e reação congressual no constitucionalismo brasileiro – um estudo de caso da vaquejada à luz das teorias dos diálogos institucionais*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Cássio Luís Casagrande), **Wilson Tadeu de Carvalho Eccard** (*A ordem econômica constitucional à luz da nova economia circular*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Manuel Val), **Renato Barcellos de Souza** (*O diálogo das fontes aplicado ao problema do descomissionamento de campos de produção offshore de óleo e gás*, dissertação elaborada sob orientação da Profa. Dra. Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski), **Eduardo Langoni de Oliveira Filho** (*entre O combate à corrupção e a restrição da competitividade: a exigência de programas de integridade para contratação como Poder Público*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. André Saddy), **Veneranda Nicolitt Roza** (*Pós-democracia ou exceção: um olhar a partir da presunção de*

*inocência no Brasil contemporâneo*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. Taiguara Libano Soares e Souza), e desejamos sucesso em suas futuras pesquisas!

Encerrando este Editorial, registramos nossa homenagem a pessoas que nos deixaram, que tiveram suas vidas ceifadas por práticas autoritárias de violência de Estado, no passado e no presente, e que lutaram por bandeiras de igualdade e diversidade reconhecidas normativamente pelo constitucionalismo democrático, porém não asseguradas na prática. **Fernando Santa Cruz, presente! Francisco Pereira Tukano, presente! Emyra Wãipi, presente!**

Niterói, 6 de agosto de 2019.

Prof. Dr. Enzo Bello

Editor-Chefe da RCJ

Mestranda Lilian Ferreira

Editadora-assistente da RCJ

Mestranda Maria Clara Conde Moraes Cosati

Editadora-assistente da RCJ

Artes gráficas:

Mestre Pablo Ronaldo Gadea de Souza (doutorando Univ. Nova de Lisboa)

Editor-Assistente da RCJ